



**PROCESSO SELETIVO PARA ALUNO ESPECIAL 2017/2 DO CURSO DE
MESTRADO EM DIREITO PROCESSUAL
EDITAL PPGDIR/UFES Nº 03/2017**

PROVA DE CONHECIMENTOS JURÍDICOS

Instruções:

1. Não identifique sua prova. Ao término da aplicação da prova, cada candidato sorteará um código numérico que será disponibilizado pelo fiscal do PPGDir, de maneira a impedir a identificação dos candidatos durante o processo de correção;
2. É de responsabilidade do candidato marcar o código numérico sorteado em sua prova, assim como anotá-lo em rascunho pessoal, pois os códigos não serão divulgados durante o processo de correção;
3. A prova deverá ser respondida exclusivamente com caneta azul;
4. Cada resposta deverá ser escrita entre 20 (vinte) e 30 (trinta) linhas. O que exceder a esse limite não será corrigido;
5. Não rasure sua prova e nem utilize corretivo (líquido ou em fita). Caso queira descartar palavra ou trecho dê dois riscos sobre o que deseja eliminar. Esse espaço descartado será computado no total de linhas;
6. Não é permitida a consulta a material bibliográfico e à legislação; e
7. Será atribuída nota zero à prova escrita com caligrafia de difícil compreensão.

1) Com base nas premissas do artigo Judiciário Como Superego da Sociedade. O Papel da Atividade Jurisprudencial na ASociedade Órfã®, de Ingeborg Maus, analise discursivamente (i) a assunção da *imago paterna* e da função de *alterego* pelo Judiciário e o sentido de ASociedade órfã®, (ii) o processo histórico dessa mudança de paradigma na Alemanha, (iii) a associação entre moral e direito e suas consequências e (iv) a crítica ao funcionalismo jurídico (valor: 1,0 ponto para cada item; 4,0 pontos no total).

2) Considerando-se o artigo “Breve análise do vício processual de inexistência jurídica em face do novo Código de Processo Civil” e o Capítulo “Efeitos da Anulação”, da obra “O Erro e seus Requisitos”, responda as perguntas abaixo (3,0 pontos no total):

(a) No artigo “Breve análise do vício processual de inexistência jurídica em face do novo Código de Processo Civil” (pp. 04/05) são apontadas 04 (quatro) razões que defendem que o vício processual da inexistência jurídica não foi extirpado do Novo Código de Processo Civil. Quais são elas? (0,4 pontos cada).

(b) Qual é a consequência atribuída pelo Novo Código de Processo Civil à falta de citação do litisconsorte nos casos de litisconsórcio não unitário? (0.4 pontos).



(c) No capítulo 13, do livro “O Erro e seus Requisitos”, alguns autores brasileiros defendem a distinção de efeitos entre negócios nulos e negócios anuláveis. No direito comparado, especialmente nos sistemas francês, português e italiano, existe essa distinção (pp. 232/233)? (0,3 pontos).

(d) O autor do livro defende (fl. 236), que não haveria distinção a respeito da eficácia da sentença que reconhece um negócio nulo da eficácia da sentença que reconhece um negócio anulável. Por quê? (0,35).

(e) Em qual hipótese poderia haver a modulação de efeitos da sentença que reconhece a invalidade do negócio jurídico (fl. 236)? (0,35).

3) Considerando-se o texto “Breve história (ou ‘estória’) do direito processual civil brasileiro das Ordenações até a derrocada do Código de Processo Civil de 1973”: (3,0 pontos no total)

a) estabeleça relação entre o CPC/73, o momento político-social de sua aprovação, a fase de autonomia científica do direito processual, e os valores do Estado Liberal, apontando as consequências daí advindas. (1,5 ponto)

b) explique a afirmação de que a Constituição Federal de 1988 constitui o núcleo principiológico do direito processual, e aponte as consequências dogmáticas e normativas daí advindas. (1,5 ponto)